

Comprando empregos

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Olhando assim de primeira, não faz sentido. Como pode o governo Obama emprestar mais US\$ 12,6 bilhões para a GM demitir 26 mil trabalhadores nos EUA e mais 21 mil pelo mundo agora? Só nos Estados Unidos, seriam US\$ 484 mil por emprego destruído. Desse lado da história, o contrário faz sentido: o governo Obama deveria determinar que a empresa não pode demitir se receber dinheiro público.

Ocorre que a GM perde dinheiro todos os dias. Não se salvará se não conseguir uma brutal redução de custos. No mercado extremamente positivo dos últimos anos, a companhia mal se aguentou. Com a forte redução das vendas, pós-crise, todas as montadoras estão reduzindo sua produção nos EUA. Pois a GM precisa mais do que isso, precisa encolher, com alterações estruturais. Isso significa fechar fábricas, operar com menos marcas e... reduzir o número de trabalhadores.

A história já mudou. Agora, o governo Obama, emprestando para a GM, estaria, na verdade, comprando empregos. Sem a ajuda federal, a GM vai à falência, circunstância em que o encolhimento da empresa e a destruição de empregos serão devastadoras.

Com o dinheiro do contribuinte americano — e mais um tanto dos contribuintes de outros países onde tem fábricas — a GM acredita que se estabiliza com 200 mil trabalhadores pelo mundo. Empregos salvos. Mas como lidar com o impacto político e social das demissões?

Decisões de política econômica frequentemente impõem esses dilemas. Não é simples fazer a coisa certa, do ponto de vista econômico, e parecer certo do ponto de vista político.

Tome-se a questão do protecionismo. Se todo um setor da economia local não consegue competir com os chineses, para citar os culpados habituais, parece fazer sentido barrar as importações de modo a salvar as fábricas e os empregos nacionais. Mas, se é assim, por que não proteger toda a economia nacional.

Os custos dessa política não são visíveis a olho nu. Uma economia fechada torna-se cada vez mais ineficiente, e isso significa que suas empresas fornecerão produtos e serviços ruins e caros, para poucos consumidores. Não serão lucrativas e, assim, acabarão eternamente dependentes dos subsídios do governo e da proteção contra os importados. Os consumidores, de seu lado, ficarão reféns de fornecedores locais. Tudo resulta numa queda do comércio externo e, daí, em baixo crescimento da renda e do emprego.

Generalizada a opção protecionista pelo mundo, já que esse tipo de prática sempre provoca reações, todos exportam e importam menos, derrubando o crescimento global.

Isso é consenso no pensamento econômico. E a história já demonstrou várias vezes. Também já vimos isso aqui no Brasil, nem faz muito tempo assim.

Vimos também o processo de abertura que, aliás, não matou a economia nacional. Mas parece que as pessoas não aprendem com a história, nem aqui, nem no mundo.

Na sequência da crise de 1929, o Congresso americano aprovou a lei Smoot-Hawley, elevando tarifas de importação de milhares de produtos. Na ocasião, um manifesto assinado por mais de mil renomados economistas alertou para a ameaça, que se concretizou. Dado o peso dos EUA no mundo, o comércio global caiu quase 70% entre 1929 e 34, atrasando a recuperação de todos os países. O protecionismo prolongou a crise.

Hoje, praticamente todos os governos e instituições internacionais têm feito discursos antiprotecionistas. E o que se vê? Medidas protecionistas por toda parte. São mais fáceis de vender no mercado político. Além disso, os governantes alimentam a esperança de que seu protecionismo vai passar e o dos outros, não.

Parece estupidez, mas é mediocridade.

Apenas lideranças políticas do primeiro nível conseguem adotar essas medidas difíceis e, mais importante ainda, conseguem convencer a população de que esse é o caminho correto. E são necessários líderes em vários países, pois só uma ação coordenada pode barrar os protecionismos locais.

Olha-se por aí, e onde estão esses líderes? Obama era a esperança. Mas até aqui, pelo menos, ele não conseguiu barrar a cláusula do *buy american* em seu programa.

CARLOS ALBERTO SARDENBERG é jornalista. E-mail: sardenberg@cbn.com.br.

VERISSIMO Outra carta da Dorinha



Recebo outra carta da ravisante Dora Avante. Dorinha, como se sabe, não revela a idade. Ela há anos tem conta no Pitanguy e diz que está se aproximando dos 30, mas pelo outro lado. Diz que está em forma para o carnaval e que só chegando muito perto dá para ver que seu umbigo não é mais o original, e ninguém que esteve tão perto viveu para contar. Este ano Dorinha sairá de “Crise Terminal do Capitalismo”, uma fantasia ainda mais luxuosa do que a “Apogeu e Glória do Capitalismo” que usou há alguns anos, e da qual só aproveitou as miçangas. Dorinha e seu grupo, as Socialaites Socialistas — Tatiana (Tati) Bitati, Kiki (Ki) Coisa e as outras — sentiram a crise econômica de perto. A loja que abriram em Ipanema, a “Trapinhos”, lançou uma linha de camisetas com o Milton Friedman na frente justamente quando ninguém queria mais ouvir falar em neoliberalismo. Ainda tentaram transformar a cara do Friedman na cara do Keynes, mas não deu certo e elas ficaram com 10.000 camisetas encalhadas. Dorinha foi obrigada a... Mas deixemos que ela mesma nos conte. Como sempre, sua carta chegou escrita com tinta lilás em papel turquesa e com o cheiro inebriante do perfume “Ravage Moi”, que é proibido em vários países.

“Caríssimo: beijos preocupadíssimos. Não me lembro de passar por uma crise igual a esta desde que me deportaram da França alegando que eu era uma ameaça à república. Meu

marido, na ocasião, Jean-Paul aquele chouse, nada pode fazer. Aliás, acho que foi ele que me denunciou. Sim, caríssimo, andei pela Europa e deixei lembranças explosivas, tanto que depois apelidaram Chernobyl de “Dora Avante 2”. O casamento com Jean-Paul — ou era Jean-Claude? — não podia dar certo: meus ciclos sexuais eram regidos pela Lua e os dele pelo cometa de Halley. Não era por nada que eu o chamava de “Le Bleuf”. De volta ao Brasil, tentei de tudo, até casar por amor, que é parecido com dinheiro mas acaba mais depressa. Tive vários ‘relacionamentos’ (o que protege a moral no Brasil não são os valores cristãos, é o eufemismo) sem fins lucrativos. Foram dias difíceis, mas venci a crise quando voltei à velha fórmula de só suportar homens que me sustentam. Esta crise, no entanto, parece invencível. Afeta até os muito ricos, nada mais é sagrado. Meu marido atual, um bilionário cujo nome me escapa no momento, só não fez haraquiri porque eu gritei: ‘No tapete persa não!’. Finalmente, botei uma maneira de ganhar dinheiro. Anunciei que iria escrever minha autobiografia, contanto tudo sobre os homens famosos com que eufemisei, e desde então tenho recebido vultosas somas de dinheiro, de várias fontes, para esquecer o projeto. A que ponto chegamos, néspá? Da tua angustiada Dorinha. P.S.: Uma boa notícia: descobri uma nova zona erógena. Mas só vou revelar onde é depois de patentear. Bjs.”

O Líder e a História

DEMÉTRIO MAGNOLI

“A partir de hoje, me consumirei a vida toda ao serviço do povo venezuelano.” No momento da vitória no referendo, Hugo Chávez adicionou à paráfrase de São Paulo o seguinte: “Hoje vocês escreveram meu destino político, que é igual ao meu destino de vida.” As ideias de consagração pessoal a uma causa transcendental e de comunhão absoluta entre a vida pública e a privada definem a persona do líder revolucionário, uma figura que só deixa o poder na hora da morte.

Joseph Stalin, o “guia genial dos povos”, governou a URSS durante quase três décadas, entre 1924 e 1953. Adolf Hitler, o Führer, conduziu a Alemanha desde 1933 até a catástrofe nacional, que coincidiu com a imolação pessoal, em 1945. Benito Mussolini, o Duce, liderou a Itália por mais de 30 anos, até sua execução em praça pública. Mao Tsé-tung, o “farol da revolução”, reinou no antigo Império do Centro durante 27 anos. Kim Il-sung, o “eterno presidente”, mandou na Coreia do Norte ao longo de 45 anos e, antes de morrer, transmitiu o poder a seu filho. Fidel Castro, o “comandante”, ultrapassou todos os demais, atormentando os cubanos por meio século antes de transmitir o cargo a seu irmão. Hugo I, da Venezuela, propõe-se a conduzir pessoalmente sua revolução até 2030, quando estaria com 76 anos e ultrapassaria a marca de três décadas no poder.

No plano imaginário, o líder deve eternizar-se no poder, pois é detentor

de um tipo particular de carisma. Ele tem uma sabedoria indefinível, mas superior à dos demais: um pacto secreto com a História e uma consciência especial do destino de uma nação ou de toda a Humanidade. “Chávez une o que é diverso: o povo”, explica Aristóbulo Istúriz, dirigente do PSUV, o partido chavista. O líder é infalível.

No plano político, a perpetuação do líder funciona como solução para a carência de regras de sucessão típica dos regimes revolucionários. Como o sistema político se fecha em torno do partido da revolução, a competição pelo poder se degrada em conspirações no interior do círculo dirigente. Para evitar a crônica instabilidade, em nome de uma ordem duradoura, o líder governará até morrer. Nas palavras de Istúriz: “Na Venezuela, não há período de governo normal, tradicional. Não há programa de governo, e sim processo revolucionário. Isso requer tempo.” Sim: muito tempo.

Para os revolucionários, História se escreve com maiúscula. Os democratas escrevem história com minúscula. A democracia se sustenta sobre uma convicção negativa: a ideia de que a história não tem “leis” nem destino. A metáfora do “trem da História” expressa a crença dos revolucionários na existência de uma ordenação da aventura humana cuja fonte é natural, econômica ou divina. Essa crença confere-lhes uma chave mágica dos portais do futuro e o lugar político especial de partido que fala em nome do progresso. A oposição a tal partido representa uma negação das “leis da História”, um desvio que deve ser banido. Na demo-

cracia, pelo contrário, vigora o consenso de que a história não se dirige a nenhum lugar particular. Dele decorrem a crença de que ninguém detém uma verdade superior e o princípio pelo qual todos os partidos têm o direito legítimo de almejar o governo. A Venezuela se encontra num ponto decisivo da transição entre a democracia e a tirania revolucionária.

O referendo venezuelano chamou os cidadãos a dizer se aprovavam uma emenda que “amplia os direitos do povo”, permitindo a reeleição indefinida. O ministro Celso Amorim, vergonhosamente, defendeu a natureza democrática da emenda chavista. Mas democracia não é igual a vontade da maioria. Democracia é o regime que exprime a vontade da maioria pela mediação das instituições representativas, conserva o equilíbrio de poderes e preserva as liberdades públicas e os direitos da minoria. A vontade da maioria, sem as demais qualificações, é o fundamento da tirania. A passagem da democracia para a tirania se dá pela extinção do Estado como ente público. No caso dos regimes revolucionários, o Estado é convertido em apêndice do partido da revolução — e em instrumento da vontade do líder.

As democracias se protegem da subordinação das instituições públicas a um líder pela limitação do direito à reeleição, uma garantia da alternância de dirigentes no poder. Mas, por si mesma, a aprovação da emenda que permite a reeleição indefinida não significa a implantação de uma tirania. A democracia se estiola na Venezuela porque o Estado se transforma em patrimônio de

uma corrente política particular. O resultado do referendo reflete a identificação crescente do Estado com o PSUV. No país de Chávez, a Presidência controla o Parlamento, o Judiciário e a comissão eleitoral. Os militares fazem a saudação chavista. O presidente da República é o presidente do PSUV. Os ministros são altos dirigentes do partido. Os funcionários públicos são compelidos a agir como ativistas do partido. A polícia reprime manifestações da oposição. Os recursos públicos financiam os “coletivos”, grupos de militantes partidários que atuam em projetos sociais, nas periferias, e como milícias de choque oficialistas, atemorizando opositores. Capturado pelo chavismo, o Estado perde seu caráter público.

Segundo Chávez, o referendo é parte de “uma nova doutrina constitucional que tem como vanguarda a Venezuela”. Processos plebiscitários costumam acompanhar a implantação das tiranias. Governos democráticos e ditaduras em crise terminal podem perder plebiscitos, mas regimes revolucionários não os perdem, pois o Estado não será derrotado no jogo em que é parte e juiz. Depois do fracasso no referendo de 2007, Chávez aprendeu o segredo para vencer disputas plebiscitárias. Basta introduzir a violência de Estado na equação política, esvaziando de conteúdo as regras que asseguram as liberdades públicas. A democracia não tem lugar no “terceiro ciclo da revolução bolivariana”.

DEMÉTRIO MAGNOLI é sociólogo e doutor em geografia humana pela USP. E-mail: demetrio.magnoli@terra.com.br.

Um debate muito além do túnel

JORGE ANTONIO BARROS

A discussão sobre a legalização das drogas deve ser feita sem histeria dos dois lados — tanto de quem, a priori, é contra como de quem é a favor. Até o momento, sobretudo na internet, essa discussão tem sido marcada por maniqueísmos. Os dois lados do debate estão inflamados por crenças muito frágeis de que o mundo é dividido entre bons e maus, entre mocinhos e bandidos, entre trabalhadores e vagabundos, entre moralistas e amoralis. Como todo debate ruim, tenta-se desqualificar o interlocutor, não suas ideias.

A princípio, sou contra a legalização das drogas e a favor de restrições ao uso do tabaco e do álcool. Sempre achei simplista a ideia que o usuário de drogas financia o crime organizado, mas o lucro dos traficantes está baseado na demanda por drogas. Hoje até o tabaco tem máfias.

A Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia faz um esforço para mudar a política de drogas da

ONU, que tem sido contrária à legalização. Defende a descriminalização da maconha, tendência verificada em vários países, segundo pesquisa feita pela Fundação Beckley, divulgada por Merval Pereira, do GLOBO. A pesquisa diz que não houve aumento do consumo. Como um terço dos jovens cariocas admitem usar drogas ilícitas, tenho a impressão de que no Rio seria diferente.

Se for confirmada essa tese, o estado vai trocar as despesas com a repressão policial pelas de saúde pública. Ambos os recursos seriam poupados se os usuários tivessem recebido educação preventiva, coisa rara até em países do Primeiro Mundo. Falar de forma responsável em descriminalização da maconha implica também defender políticas eficazes de prevenção ao uso de todo tipo de droga, lícita ou ilícita.

O fracasso da política de repressão pura e simples é aparentemente um dos bons argumentos apresentados em defesa da descriminalização da maconha. Mas ele guarda uma tragédia moral vivida pela civilização de nossos tempos. Quando não conseguimos der-

rotar um inimigo, simplesmente aderimos a ele. Vivemos de fato não só o fim das utopias ideológicas mas também a interrupção da busca por ideais de uma civilização melhor, com menos drogas. A droga tem sido um dos males dos séculos, não apenas por sua letalidade, mas sobretudo por sua defesa supervalorizar o individualismo em detrimento da qualidade de vida da coletividade. Os motoristas que dirigem sob o efeito da maconha são mais propensos a provocar acidentes.

Um exemplo disso é a vida de Greg, que, desde os 15 anos, fumava maconha em casa com a permissão do pai. Aos 25 anos, sofreu um acidente de percurso, preso e acusado de chefiar uma quadrilha de traficantes de drogas e armas. Se a maconha fosse permitida, Greg poderia não se ter tornado um microempresário do setor, mas com certeza teria sido afetado emocionalmente. O uso contínuo da maconha pode provocar sintomas psicológicos, e 10% dos usuários podem se tornar dependentes químicos. Greg a usa pelo menos há 10 anos. Morador

de uma cobertura na Lagoa, acabou arrendando uma boca-de-fumo no Morro do Turano, no outro lado do Túnel Rebouças, na Tijuca.

A história de Greg poderá até ser tomada como um exemplo a favor da legalização das drogas. Se houvesse permissão para usá-las, Greg talvez não precisasse ir lidar com criminosos para adquirir o produto (embora os traficantes certamente manterão o mercado das drogas para não sair da sombra). Nesse ponto, a permissão para se usar maconha poderá ajudar a salvar vidas e a reduzir os danos. Por outro lado, poderá também entregar às pessoas a chave que elas não tinham para entrar numa espécie de labirinto, em que as drogas ajudam a levar o usuário a dar sempre um passo a mais em direção ao abismo.

JORGE ANTONIO BARROS é jornalista, autor do blog *Repórter de Crime*.

O GLOBO NA INTERNET
OPINIÃO | Leia mais artigos
oglobo.com.br/opiniao